

O Papel do PNBE 2014 - Anos iniciais do Ensino Fundamental no combate ao Racismo Ambiental

*The Role of PNBE 2014 - Early years of Elementary School in
the fight of Environmental Racism*

Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva¹
María Emilia Landaeta Silva²

Resumo: O Racismo Ambiental é uma problemática que permeia a sociedade brasileira. Na atualidade é possível descobrir como os problemas ambientais dificultam o desenvolvimento social e individual da população afrodescendente e indígena no Brasil, sendo as que experienciam o maior grau de vulnerabilidade. A Educação, como instituição focada na instrução para a cidadania, tem a responsabilidade social de intervir nessa situação, servindo como justificativa da presente pesquisa, cujo objetivo é analisar se, dentre os livros do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE/MEC) 2014 - Anos iniciais do Ensino Fundamental, há algum(ns) sob a temática do Racismo Ambiental. A metodologia utilizada para tal fim focou-se na leitura das descrições das obras escritas em prosa para selecionar o *corpus* de análise. Os resultados indicam que, inclusive se nenhuma das obras selecionadas mencionam o termo, existe o potencial para tratar do Racismo Ambiental nas escolas.

Palavras-Chave: Racismo Ambiental, Educação, Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Racismo, Meio Ambiente.

Abstract: Environmental Racism is a problem that permeates Brazilian society. Currently, it is possible to discover how environmental problems hinder the social and individual development of the Afro-descendant and indigenous population in Brazil, as they experience the greatest degree of vulnerability. Education, as an institution focused on instruction for citizenship, has the social responsibility of intervening in this situation, serving as justification for this research, whose objective is to analyze whether among the books of the National School Library Program (PNBE) 2014 - Initial years of Elementary School, there are any

1. elenitapinheiro@hotmail.com. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2010); Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2002). Professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Educação.

2. mariaemilialandaeta@gmail.com. Mestra em Estudos de Linguagem (Literatura), na Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT (Brasil). Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia, UFU (Brasil). Bolsista CAPES.

under the theme of Environmental Racism. The methodology used for this purpose focused on reading the descriptions of the books written in prose to select the *corpus* of analysis. The results indicate that, even if none of the selected works mention the term, there is the potential to address Environmental Racism in schools.

Keywords: Environmental Racism, Education, National School Library Program (PNBE), Racism, Environment.

Introdução

O presente artigo visa expor o resultado de uma pesquisa qualitativa sobre o papel da educação no Brasil sendo responsável de instruir para o bom exercício da cidadania baseado no princípio estipulado pela Constituição Federal, mais especificamente pelo Artigo 205, onde se lê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Desta forma, entende-se que os problemas sociais podem e devem ser tratados nas instituições educativas, proporcionando, pedagogicamente, conhecimentos que derivem na criação de consciência.

O racismo é um dos problemas sociais que mais se destacam no Brasil, havendo maioria de afrodescendentes no país. Segundo o IBGE, “[...] 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos” (2021). Porém, diariamente ocorrem casos de racismo em todo o território nacional. Por outro lado, no que diz respeito aos problemas ambientais há, de igual forma, uma situação crescente que coloca a toda a população mundial em risco. O Racismo Ambiental aparece quando se faz notório que negros, negras e indígenas estão sofrendo diretamente efeitos do descaso ambiental pelo fato de pertencerem a uma parcela da população vulnerabilizada pela sua especificidade étnico-racial, o que incentiva a pesquisadores a descobrir quais as consequências da manutenção desta situação e a procurar meios factíveis para detê-la. A educação entra aqui como um dos meios, outorgando-lhe relevância no combate ao Racismo Ambiental.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que tem como objetivo incentivar a crianças e jovens para se adentrarem ao mundo da leitura com o intuito de compreender melhor a cultura do Brasil, é uma excelente fonte epistemológica que permite ao pesquisador incursionar para encontrar ferramentas com as quais professores e professoras possam trabalhar em prol da sociedade. A proposta do PNBE na escola: literatura fora da caixa (2014) - Guia 2: Anos iniciais do Ensino Fundamental -, criado pelo Ministério de Educação, é que as obras ali apresentadas sirvam de alicerce para a formação de leitores, sendo que

dando prosseguimento à essa ação formativa, este Ministério está encaminhando às bibliotecas das escolas que oferecem Educação Infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Edu-

cação de Jovens e Adultos esta publicação PNBE na escola: Literatura fora da caixa. Composta por três volumes, ela traz um conjunto de textos que, certamente, irão contribuir para uma mediação mais efetiva, de forma a proporcionar aos alunos diferentes experiências com a leitura literária (MEC, 2014, p. 7).

Isto posto, na presente pesquisa escolheram-se oito livros como *corpus* de análise: *Yaguarãboia – a mulher onça*, de Yaguarê Yamã; *Com a noite veio o sono*, de Lia Minápoty; *Karu Taru – o pequeno pajé*, de Daniel Munduruku; *A mulher que virou Urutau*, de Olívio Jekupe e Maria Kerexu; *A árvore que pensava*, de Oswaldo França Júnior; *Joãozinho e Maria* dos autores Cristina Agostinho e Ronaldo Simões Coelho; *Pedro Noite*, de Caio Riter; e *Bagunça no mar*, de Bia Hetzel.

Os objetivos da investigação estão vinculados a compreender através de quais livros do Programa Nacional Biblioteca da Escola, mais especificamente do PNBE na escola: literatura fora da caixa (2014) - Anos iniciais do Ensino Fundamental – são oferecidas ferramentas para educar em prol ao reconhecimento estudantil sobre o Racismo Ambiental, analisando se existem obras dentro do programa com essa temática.

Na pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa de análise das descrições das obras escritas em prosa presentes no Guia do PNBE na escola: literatura fora da caixa (2014) - Anos iniciais do Ensino Fundamental –, mais especificamente no capítulo intitulado “Para formar leitores bons de prosa” escrito por João Luís Ceccantini e Thiago Alves Valente, com o intuito de encontrar, a partir de tais descrições, os livros que podem oferecer ferramentas de ensino sobre o Racismo Ambiental, seja através de obras que apresentem esta temática específica ou temáticas de teor racial e meio ambiental separadamente. Portanto, em primeiro lugar, leram-se as descrições das obras presentes no guia e, a partir disso, escolheram-se aquelas que apresentassem discussões sobre racismo, questões étnico-raciais e/ou meio ambiente.

Para compreender melhor o problema social do Racismo Ambiental será problematizado através de uma discussão sobre o Racismo Ambiental e as Relações de Poder no Brasil; como são retratados os casos de Racismo Ambiental no Brasil?; A Lei 10.639: aplicabilidade através do PNBE; a temática do Racismo Ambiental nos livros em prosa do PNBE 2014 para o Ensino Fundamental: existe? Naquilo que respeita à justificativa, para a realização da investigação considerou-se a realidade social que circunda aos afro-brasileiros e indígenas que, por terem sido colocados pelo branco opressor como “vulneráveis”, sofrem as consequências do Racismo Ambiental. Afirma-se, então, que a educação tem a obrigação de agir em prol da sociedade, motivo pelo qual se um grupo está sendo posto à margem, esta deve utilizar ferramentas pedagógicas para provocar mudanças sociais favoráveis.

O Racismo Ambiental e as Relações de Poder no Brasil

A estrutura do Racismo Ambiental como conceito teórico proveniente da realidade social que considera duas problemáticas sociais denominadas como racismo e injustiça ambiental enfrentadas por setores vulnerabilizados junta-se para configurar um registro só, um que coloca aos desfavorecidos numa condição de abandono naquilo que respeita aos direitos humanos. O termo nasceu em meio de manifestações civis veiculadas por injustiças de teor racial e meio ambiental nos Estados Unidos, cujo líder, Benjamin Franklin Chavis Jr., quem atuava como dirigente do movimento negro estado-unidense, questionava a exposição dos afro-americanos à resíduos tóxicos e a negação da sua participação nas discussões sobre os problemas meio ambientais (Fuentes, 2021).

Este tipo específico de racismo estabeleceu-se em base a posições estipuladas dentro da pirâmide social brasileira, onde os grupos dominantes, que se encontram no topo, definem os limites dos oprimidos, minimizados, vulnerabilizados e excluídos que permanecem na base, construindo relações hierarquizadas e hierarquizantes as quais propiciam que aqueles que estão embaixo não possam alçar a sua voz para serem ouvidos, aceitando o que a eles é determinado. No Brasil, no entanto, há dificuldade em admitir que se trata de um país racista, em vista que:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e culturalmente entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (Munanga, 2008, p. 77).

Para que o Racismo Ambiental existisse, forças que interatuam entre si tiveram que se entremear para definirem posições para os involuados, pois o estado mental que gera a necessidade humana de dominação do Outro foi suficiente para gerenciar uma verdadeira luta gestada e otimizada pelos que se autodeterminaram com vantagens que lhe outorgaram o poder e que, através da utilização da força, os levaria a se posicionar na frente dos que ficaram numa segunda categoria, aquela que só exigia obediência e a aceitação do estado de subjugado.

O poder, que se manifesta como resultado da interação entre estas forças contrárias, acaba por incorporar-se na mente dos descendentes de branco europeus no Brasil, formando-se, assim, as relações de poder que vieram a estruturar-se no seio dos conflitos de colonização e escravidão de negros e negras africanos e que continuaram no período pós-escravidão, mantendo-se ativo até a atualidade.

Conhecer o passado histórico do Brasil é essencial para compreender que as relações de poder atingiram seu ápice paulatinamente, pois a origem do racismo transitou por caminhos diversos, tentando, inclusive, justificar cientificamente que a rejeição perante a população negra era de ordem natural, pela crença biológica na superioridade da “raça” branca. Discutindo sobre esse passado que direcionou o racismo até o presente encontram-se no caminho ações políticas, econômicas, sociais e educativas que foram dando forma ao racismo que já está institucionalizado no país.

Aqueles que detêm o poder, ou que o adquiriram por força, representados agora como descendentes de branco-europeus, estratificaram a todos os habitantes do país, definindo, claramente, as vantagens ou desvantagens às que negros, negras afrodescendentes e indígenas têm, ou não, acesso. O problema do Racismo Ambiental, que não se limita a cenários circunstanciais em que, por uma questão casual, sucedem casos em que as populações postas à margem vivenciam situações em que o meio ambiente que lhes rodeia é vulnerado e/ou danificado, insiste em que tais casos são intencionais e sucedem como consequência do descaso consensuado que atinge aos desprovidos de humanidade, aos menosprezados sociais.

As desigualdades sociais são sintomas de um sistema cujo funcionamento está em desequilíbrio, isto é, a maquinaria que opera sob ordens da manutenção do sistema maior, aquele que funciona como espaço onde acontecem as experiências da vida humana, possui falhas que viabilizam execuções erráticas, resultando na obtenção de resultados igualmente desequilibrados. Em outras palavras, o grande sistema que é o conjunto social, onde ações geram reações e, sucessivamente, a concretização da sociedade, precisa estabelecer padrões que permitam o seu bom funcionamento onde todos os atores sejam beneficiários das produções que ali se dão, para que, a partir daí, estes sintam-se a vontade de continuar com a cadeia de ações que beneficiem outros, e assim por diante.

O que acontece quando este processo é interrompido, quando parte do conjunto social é desfavorecido, não é igualmente beneficiado ou encontra-se em situações desvantajosas que dificultam seu cotidiano e desmelhoram sua qualidade de vida, as reações por parte deste grupo desprivilegiado corresponderão às ações da negação da sua humanidade. É por isto que, para que o sistema proporcione a estabilidade desejada para o bom funcionamento da sociedade, deve atender a todas as necessidades e criar espaços seguros de desenvolvimento humano, sem que uns sejam protegidos em detrimento de outros, pois o desequilíbrio causa mais desequilíbrio, sendo evidente que não se deve negligenciar nenhuma pequena parte para garantir o funcionamento ideal do sistema como totalidade.

O Racismo Ambiental é uma amostra do descaso de uma parte com a ideia errada de que não afetaria o todo, mais ainda quando se acreditava que esse todo não teria

alterações significativas se essas “peças” menores eram ignoradas, esquecendo a sua relevância social, o problema tornou-se maior e de relevância global.

Os deveres e direitos cidadãos que fazem parte do referido sistema correspondem, em primeira instância, à instrução para a cidadania. Assim promove-se que todo o conjunto social tenha garantido os seus direitos pelo bom cumprimento dos seus deveres, criando-se uma comunidade onde a boa convivência prevaleça para benefício de todos. Contudo, a institucionalização de privilégios de certo grupo em detrimento de outro grupo racializado, criou padrões de cidadania que contradizem a primeira afirmação, de que seja considerado um conceito de cidadania só sem distinção de teor racial.

A realidade é a prova que indica que os direitos humanos são gravemente violentados e o histórico de indiferença e, até mesmo, degradação intencionada por parte dos brancos aos negros e indígenas sucede porque, em algum ponto da história da humanidade, o sistema com um todo decidiu que se havia um desequilíbrio em partes que não lhe eram interessantes, fingir-se-ia que não representavam um grande problema ou que era possível continuar sem atender necessidades particulares, menos quando se tratava de necessidades de grupos postos à margem. Num estudo realizado nos Estados Unidos pelo *Bureau of Justice Statistics* intitulado “*American Indians and Crime*” é revelado que “Approximately 60% of American Indian victims of violence, about the same percentage as of all victims of violence, described the offender as white” (Perry, 2004, p.5), mesmo se este estudo foi feito entre a faixa de 1992 e 2002 é atual dizer que os indígenas são agredidos por brancos, o que afiança o pressuposto do funcionamento das relações de poder entre brancos, negros e indígenas.

As relações de poder entre humanos também se traduzem em uma outra relação de poder, aquela presente entre o humano e a natureza. Desde os inícios, o ser humano entendeu que os recursos dados pela natureza lhe serviriam para sobreviver e, em consequência, da utilização de tais recursos dependia a eficácia com que podiam estabelecer-se em lugares determinados. Assim, o humano entendeu rapidamente que tinha o controle dos elementos da natureza e que estes obedeciam às suas necessidades. Contudo, com o passo do tempo e os aperfeiçoamentos na utilização dos recursos, a revolução industrial, entre outros períodos em que a natureza começou a ser forçada a servir como mais uma peça a serviço do capital, esta respondeu criticamente à sobre-exploração e começou a devolver resultados negativos que afetaram aos mesmos humanos.

A ambição humana que impulsionou a busca constante de capital não economizou esforços por alcançar o desenvolvimento das sociedades, porém ignorou que dito progresso não estipulava a má utilização dos recursos que permitiram que fosse plausível, o uso e descarte das tecnologias produzidas a partir deles, a contaminação de águas, de solos, etc., vieram a, ao invés de trazer melhorias para a qualidade de

vida, dificultá-la, sendo que o progresso focado no lucro, infelizmente, acabou por privilegiar o desenvolvimento tecnológico, em detrimento do desenvolvimento humano. Além disso, o consumismo que, segundo Bauman é comum nas sociedades onde o estilo de vida voltado para o consumo é desmedido, deixando de lado outras alternativas (2008, p. 71) impera para dominar. Desta forma, se a natureza que serve aos humanos adoece não pode mais cumprir esta função.

Não é sustentável para o humano que aquilo que pretende ser criado para melhorar aspectos da sua evolução como seres sociais, cause, por outro lado, problemas ambientais, pois criar elementos que prometam trazer mudanças positivas, mas, em contrapartida, acabem por prejudicar outros aspectos não é viável.

O problema reside na organização social que permite que os efeitos negativos gerados em torno do referido desenvolvimento, a custos da sobre-exploração dos recursos naturais e da contaminação massiva sejam destinados à parcela populacional tida como vulnerável, que por causa do passado colonial e escravocrata são os negros e indígenas, para que a população privilegiada quase nem tenha conhecimento de tais efeitos e, claro, esteja longe de ser afetada diretamente, tendo a possibilidade de viver com privilegiada normalidade, acreditando que as reclamações constantes respondem a posturas ideológicas e políticas por parte de grupos que visam problematizar a sociedade.

Mesmo se a mudança climática é amplamente divulgada para chamar a atenção da população mundial, é uma realidade social que os pobres favelados, negros e negras quilombolas e moradores de localidades indígenas são os principais alvos na destruição das suas moradias, sendo isto denominado como Racismo Ambiental. É importante destacar que

para falar de racismo ambiental no Brasil, é preciso reconhecer a questão racial e o etnocentrismo como problemas centrais do cenário brasileiro no qual se inserem os grupos sociais envolvidos nos conflitos. Tal reconhecimento permite caracterizar a problemática racial e étnica tanto como fator de produção das injustiças que tais grupos enfrentam quanto como elemento da constituição dos poderes políticos, econômicos e culturais dominantes, que controlam a implementação e o funcionamento das atividades econômicas geradoras desses conflitos (Porto, *et al.*, 2013, p. 62 *apud* Santana, Farias, 2021, p. 2).

A sociedade infectada pelo racismo é explicada pelo autor Silvio Almeida, que identifica os tipos de racismo estrutural e institucional, na qual o primeiro aprimora a estruturação premeditada do racismo para que atue de certa forma na sociedade, e o último acontece na medida em que as instituições públicas e privadas põem a disposição da sociedade os seus recursos para reproduzir o racismo em todas as áreas.

Este tipo específico de racismo contribui para a manutenção da ordem que se quer natural, isto é, da ordem que permeia as instituições para que complementem as po-

sições de poder, segundo as quais os negros devem permanecer na base da pirâmide social que tem os brancos no topo, tornando as instituições em cúmplices do racismo que, ainda hoje, é exacerbado e estimulado em todas as esferas em que o poder do branco possa prevalecer e se sobrepor à simples existência e presença do negro nos mesmos estabelecimentos, como se o simples fato de eles existirem já os torna alvo de ações postas contra eles para a sua minimização como seres humanos.

Por outro lado, segundo o autor Bullard (2004), a classe de racismo denominada como ambiental, também faz parte da composição do racismo, considerando que no momento em que um grupo racialmente vulnerabilizado é danificado ou afetado de alguma maneira por outro grupo tido como superior, por motivo da injustiça social que impera no corpo social que afeta o seu pensamento, corpo e territórios, isto é chamado de racismo ambiental.

Eis o que aconteceu na pandemia da Covid-19, pois neste caso o ambiente não foi danificado, mas sim os indivíduos que residiam em locais pobres no sentido de não possuírem as condições básicas para a sua proteção, que permitiu o falecimento de uma grande massa de afrodescendentes atingidos pelo fato do país ter como alicerce a necropolítica, isto é, a política de deixar morrer a quem não tem importância para o sistema eurocêntrico e, em extremo, racista, ao ponto de deixar morrer uma grande parte da população que não se encaixava nem nas políticas públicas de proteção civil, nem nas categorias de valorização da saúde, nem em nenhum outro planejamento cidadão feito para proteger a população negra.

As relações de poder são, então, dadas a partir de pressupostos que estabeleceram posições entre os diferentes, cujas diferenças permitiram a diferenciação e, portanto, divisão entre sujeitos. Lembrando que, segundo a teoria pós-estruturalista, a produção da diferença é construída através do discurso, das denominações e caracterizações do ponto de partida do opressor ao oprimido, categorizações definidas por Paulo Freire.

Esta teoria, que enfatiza a noção da produção das diferenças através da linguagem e dos discursos, aproxima-se da teoria da linguística para explicar o funcionamento e formulação das diferenças na sociedade. Os pressupostos indicam uma relação intrínseca naquilo que respeita ao Eu e ao Outro constitutivo que, a sua vez, expressa-se através das relações de poder historicamente localizadas e iniciadas no período escravocrata. Outras formulações sobre as diferenças, igualdades e desigualdades em sociedade referem-se a produções do tipo consciente, isto é, a sociedade conscientemente aprova e mantém as relações de poder por meio da aceitação inegável da superioridade europeia e da fragilidade, por extenso, Latino-americana.

Por este motivo, a diferença, assim tida, poder-se-ia transformar facilmente em um entrave para a emancipação dos povos subjulgados com vistas ao reconhecimento dos

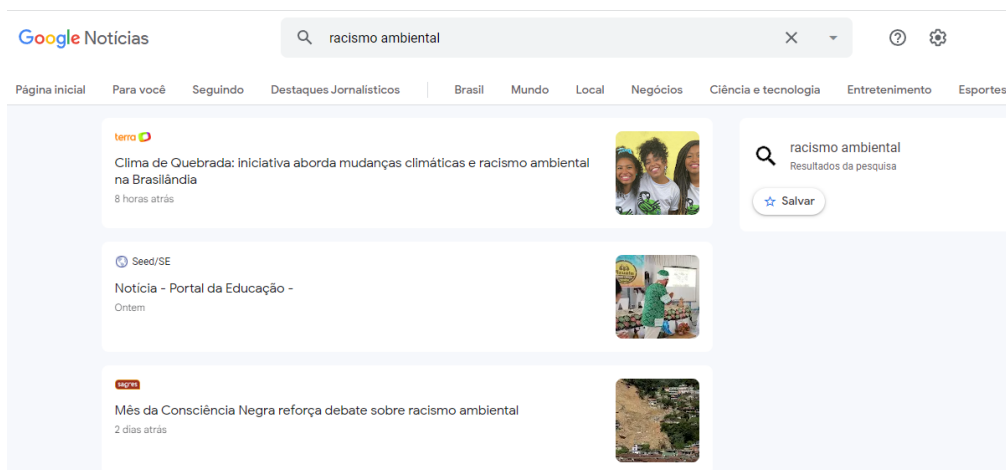
seus direitos ambientais, dado que as aproximações culturais irão sempre elucidar os aspectos diferenciadores que identificam, no imaginário social coletivo, qual é a cultura dominante e os seus representantes que possuem as vantagens sociais e meio ambientais.

A questão que atinge à emancipação como única via de libertação é a tentativa de inabilitar o problema através do olhar euro centrado, considerando que a reprodução de supostas soluções eurocêntricas dá fé da sua inaplicabilidade no rango Latino-americano, pois o desenvolvimento de ideais próprios partidos da realidade circundante definida é pertinente para alcançar objetivos próprios da América Latina, pelo que outras opções precisam surgir para incapacitar ditas pretensões. Desta forma, autores latino-americanos como Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, entres outros trouxeram as terias decoloniais como contribuição para a problemática vivenciada no continente.

É mister que, à luz de teorias destacadas como a teoria decolonial, novas interpretações do espaço cultural Latino-americano sobreponham-se aos velhos pressupostos colonizadores do pensamento local para alcançar os objetivos de liberdade. No entanto, a colonialidade do poder, do saber e do ser penetraram num nível profundo das sociedades latino-americanas fazendo com que a busca por estratégias emancipadoras não seja uma tarefa fácil, nem um caminho simples de se transitar. Eis o papel da escola no compromisso com a sociedade, trabalhando desde a raiz a colonialidade.

Como são retratados os casos de Racismo Ambiental no Brasil?

Numa pesquisa realiza no *Google Notícias Brasil* no dia 11 de novembro de 2023 os três primeiros resultados mostram como o tema é apresentado pelos canais de notícias no país:



Fonte: *Google Notícias Brasil*

O primeiro, da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe, diz respeito à relação mais relevante para a presente investigação com uma notícia intitulada “Racismo ambiental é tema de atividade com alunos e professores do Centro de Excelência Barão de Mauá” onde é destacado que:

Os alunos do Colégio Estadual Barão de Mauá vivenciaram uma experiência enriquecedora na quinta-feira, 9, durante a visita ao Abassá Pilão de Oxaguian, localizado na comunidade do Aloque. Promovida pela Coordenadoria de Educação do Campo e Diversidade, da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Cecad/Seduc), por meio de visita guiada, palestras, danças e trilha ecológica no entorno da comunidade, os estudantes do grupo de estudos Azuela tiveram a oportunidade de discutir e entender a interligação entre meio ambiente, racismo religioso e racismo ambiental (Oliveira, 2023).



Os estudantes visitaram o Abassá Axé Pilão de Oxaguian e atividades voltadas à percepção de comunidades vulneráveis com a preservação do meio ambiente

Fonte: SEDUC- Secretaria de Estado da Educação e da Cultura

Nesta atividade participaram líderes do Abassá Pilão de Oxaguian na comunidade do Aloque que, através do seu conhecimento do candomblé e de áreas como o direito e a educação ambiental discutiram questões relacionadas à relevância do meio ambiente para o candomblé e os embates por políticas públicas para a proteção meio ambiental:

O professor de Filosofia do Barão de Mauá, Victor Wladimir, acompanhou as atividades do grupo de estudos, em conjunto com técnicos da coordenação de Educação do Campo e Diversidade, da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Cecad/Seduc), e destacou que a ação faz parte de um projeto macro da escola que tem a finalidade de consolidar a unidade de ensino como uma unidade antirracista. “Não queremos somente promover o combate sistemático e pedagógico presente nas disciplinas eletivas, trilhas, palestras etc. Trata-se de nossos racismos cotidianos, já que, numa sociedade em que o racismo é estrutural, todos, em alguma medida, somos racistas. Montei uma eletiva, ‘Mitologia dos Orixás’. A procura pela eletiva foi um sucesso. Os alunos amaram”, explicou (Oliveira, 2023).

Estas ações discorrem sobre que a educação precisa apropriar-se da problemática do Racismo Ambiental, considerando que esta instituição é capaz de problematizar as questões reais que atingem à sociedade para, assim, através da teoria e da prática, soluções possam ser procuradas, utilizando a sala de aula como alicerce, porém não se

limitando a ela, tendo como exemplo as atividades como a supracitada, que também são validas e muito valiosas, cujo valor é dado pelos docentes envolvidos.

A notícia ainda informa sobre a origem do termo Racismo Ambiental, explicando que, segundo informações apresentadas pela Fiocruz, foi em 1980 que o Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., quem atuou como líder do movimento dos direitos civis dos afrodescendentes nos Estados Unidos, também atuando como assistente de Martin Luther King Jr, acunhou o termo no bojo de protestos que denunciavam os resíduos tóxicos que estavam sendo despojados em uma localidade de Carolina do Norte onde habitavam pessoas negras (Oliveira, 2023).

A segunda notícia intitulada “Mês da Consciência Negra reforça debate sobre racismo ambiental” publicada por Sagres On-line que, como é indicado na página web, é um jornal digital.



Crise climática aprofunda desigualdades (Tomaz Silva/Agência Brasil)

Fonte: Sagres On-line

A crise climática aprofunda desigualdades. Assim começa a narrativa apresentada por esta notícia que continua com uma descrição do Observatório da Branquitude sobre o mês da Consciência Negra acontecido em Rio de Janeiro e Brasília no dia 8 de novembro de 2023, ali ativistas afrodescendentes encontraram-se para discutir diversas temáticas, entre elas o racismo, meio ambiente e o racismo ambiental. Houve um seminário chamado “Ações da branquitude como responsáveis pela crise ambiental”, colocando a Branquitude como reflexo das relações de poder que imperam na sociedade brasileira, responsabilizando-a pelo racismo e o racismo ambiental.

Os temas tratados no seminário iam desde as Mudanças Climáticas, sendo o cientista social Thales Vieira quem determinou, no seminário, que os seus efeitos “deixam as populações vulneráveis em situação maior de vulnerabilidade. Populações negras e indígenas são, desproporcionalmente, mais afetadas pelas mudanças climáticas e pelas catástrofes climáticas” (Notícia 2). O coordenador nacional da Rede Afroambiental, Aderbal Ashogun, diz que “O racismo ambiental é justamente essa omissão do Estado que atinge áreas já em situação de vulnerabilidade, o impacto da não implementação

de políticas cidadãs nos territórios de altíssimas vulnerabilidades” (SAGRES, 2023). Outros temas como a Sustentabilidade e a importância de negros e negras serem envolvidos nas ações de preservação do meio ambiente também foram discutidos.

Observa-se que, nas notícias supracitadas a população envolvida nestas discussões é negra, pois são eles os que se organizam para tratar do problema do Racismo Ambiental, concordando com que o racismo é a base das injustiças raciais e ambientais, tendo a branquitude como alvo de crítica pelas suas ações perante a população negra. As associações entre negros e brancos e a natureza, levou ao Brasil a ser testemunha de como a minimização da população negra por parte da população branca não tem limites, atuando em escalas maiores quando não só importuna aos negros em locais de trabalho, educativos, entre outros, mas nos próprios lugares de habitação.

A terceira notícia publicada pelo portal Terra tem como título “Clima de Quebrada: iniciativa aborda mudanças climáticas e racismo ambiental na Brasilândia” e é sobre uma ação do Programa do Instituto Perifa Sustentável que tem como objetivo fazer com que discentes e docentes tenham conhecimento sobre esses temas. A injustiça meio ambiental e étnico-racial são os motes que permitiram o interesse nas questões ambientais que afetam à população negra resultando, assim, no programa que “jovens ativistas Amanda Costa, Mahryan Sampaio e Gabriela Alves fundaram: o Perifa Sustentável em 2019” (Wandermurem, 2023) com o intuito de que as discussões sobre questões como a mudança climática estivessem ao alcance de comunidades periféricas.



O Instituto Perifa Sustentável foi criado em 2019
Foto: Reprodução: Instagram/perifasustentavel

Fonte: Portal Terra

Assim nasceu também o projeto Clima de Quebrada para que as pessoas das comunidades tenham acesso à informação, sobretudo na região da Brasilândia ao norte de São Paulo:

Para o site “Nós, mulheres da periferia”, Amanda escreveu sobre o processo do novo projeto. Em colaboração com a Diretoria Regional de Educação, as sócias iniciaram a formação em uma escola de ensino

fundamental do CEU Paz. Com a missão de capacitar 50 professores e 200 alunos do 7º e 8º ano. Abordando temas como mudanças climáticas e racismo ambiental, protagonismo juvenil e formas de atuação, intervenção comunitária na Brasilândia, educomunicação e saberes do território, o instituto estabeleceu uma parceria com o grêmio escolar. A ideia é garantir a qualidade da formação e estimular o interesse dos jovens (Wandermurem, 2023).

Aqui é possível observar como o racismo ambiental e a educação são elementos que se juntam frequentemente como estratégia de combate. Isto diz respeito à responsabilidade inalienável, que a Educação como instituição que visa instruir ao corpus social desde a infância, tem em relação aos problemas que surgem no bojo da sociedade. A educação é capaz de aprimorar o estado em que as pessoas se desenvolvem, pois esta apresenta possibilidades de atuação, dando informações relevantes para que os indivíduos criem consciência sobre seu entorno, seja ambiental ou social, para que esteja ciente de que ele não é isolado do resto, que ele não existe fora do sistema, pelo que é ele mesmo quem deve cuidar desse sistema.

As notícias foram supracitadas para exemplificar a forma em que as diferentes plataformas de notícias digitais retratam o problema social do racismo ambiental, pois é assim que o cidadão comum tem acesso a certas informações, pelo que o ato comunicativo é essencial na resolução da situação em questão. Se aquilo que é dito sobre o assunto não é representado num tom de alerta, de necessidade de ação, assim a mensagem será entendida, por outro lado, se a educação vê-se envolvida e se as escolas e universidades participam ativamente do processo de recuperação e preservação ambiental, outros setores da sociedade compreenderão que é uma preocupação real e vigente e que, infelizmente, há parcelas da população que estão sendo mais afetadas e pertencem a comunidades de afrodescendentes e indígenas.

A Lei 10.639: aplicabilidade através do PNBE

Em 2003 a Lei 10.639 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena foi sancionada com o intuito de que no ensino fundamental público e privado os docentes possam organizar-se para tratar desta temática de forma a ser incluída dentro do conteúdo obrigatório, estabelecendo a necessidade de reparação histórica cuja importância remonta aos tempos da escravidão de negros africanos e que é possível, na atualidade, através da educação, lembrar desse passado que ainda hoje está vigente e procurar vias de reparação. Uma estratégia adotada pelas escolas para o cumprimento da lei é a de trabalhar com estas temáticas utilizando a literatura, pois acredita-se que, a educação literária trabalha

[...] como un modo de comunicación, como una utilización del lenguaje integrada dentro del circuito y como un espacio social común construido entre los diversos miembros del sistema [...] en el que los textos son reconocidos como literarios no por sus marcas internas, sino por el modo en el que son leídos (Fittipaldi, 2013, p.21 *apud* Valencia Lequizamón, 2018, p. 10).

O Ministério de Educação (MEC), ao longo dos anos, tem criado diferentes estratégias para introduzir a temática étnico-racial nas diferentes etapas de ensino. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi criado com o objetivo de promover a leitura em crianças e jovens em etapa escolar, assim como também, de facilitar o acesso à cultura brasileira através de obras literárias.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE – foi instituído em 1997 e tem como objetivo principal democratizar o acesso a obras de literatura infantojuvenil, brasileiras e estrangeiras, e a materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras. O Programa é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC (MEC, p. 10, 2014).

Havendo a obrigatoriedade da educação voltada para o ensino de história e cultura africanas, considerando, de igual forma, a educação antirracista, dentro dos guias formados para apresentar os livros escolhidos para formarem parte deles, é possível encontrar alguns voltados para estes temas. O PNBE na escola: literatura fora da caixa – Anos iniciais do Ensino Fundamental publicado em 2014, escolhido como corpus da presente pesquisa, não é o primeiro guia do PNBE, em vista que:

A distribuição de obras de literatura pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) já passou por diversos formatos. Em todos eles, o objetivo do Ministério da Educação (MEC) sempre foi proporcionar aos alunos da rede pública o acesso a bens culturais que circulam socialmente, de forma a contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos leitores, favorecendo, assim, a inserção desses alunos na cultura letrada (MEC, p. 7, 2014).

No guia na parte intitulada “Para formar leitores bons de prosa” é feita uma reflexão sobre a importância da leitura literária em sala de aula. Fazer com que estudantes sintam desejo e paixão pela literatura é o objetivo principal do PNBE, considerando que o guia das obras selecionadas:

Permite ao professor uma abordagem dinâmica, criativa e das mais produtivas para desenvolver nos alunos não apenas competências de leitura e de escrita, mas para propiciar a eles uma experiência de formação, no mais amplo sentido da palavra. A leitura de boas obras literárias de prosa de ficção estimula o intelecto dos estudantes, desenvolve sua imaginação, auxilia na elaboração de suas emoções, con-

tribui para a construção de sua identidade e de seu amadurecimento cognitivo e ético, além, naturalmente, de desenvolver sua capacidade linguística (MEC, p. 29, 2014).

Os doutores João Luís Ceccantini e Thiago Alves Valente enfatizam em que para que estas obras sejam aproveitadas em sua totalidade deve deixar-se de lado a rigidez metodológica com a qual normalmente os professores visitam os livros didáticos, para dar passo à imersão mais “leve” com a qual os alunos se introduzem ao mundo literário, capaz de ensinar de uma forma natural, fluida e que, ao mesmo tempo, permite que o estudante aprenda sem a “pressão” gerada por outras etapas de ensino no período escolar (p.29). Nesse sentido, a literatura possibilita uma forma de educar muito proveitosa, pois o aluno aprende enquanto se diverte, sem pensar em atividades, exames, pontos para aprovar etc.

Para isso, compreende-se que

É preciso aceitar a concepção do “ler por ler” como um desafio pedagógico, apostando que a boa literatura possui qualidades suficientes para cumprir uma função importante, rica e complexa, se encontrar condições propícias para sua circulação, fundadas no esforço contínuo de construir sentidos para as narrativas lidas (MEC, 2014, p. 30).

Desta forma, o presente artigo, a partir das informações apresentadas no guia, analisará quais das obras em formato de prosa contidas no PNBE 2014 para o ensino fundamental, tem o potencial de ser utilizadas como forma de educação para as relações étnico-raciais e antirracistas voltadas para o respeito ao meio ambiente e, mais especificamente, aos locais habitados pela população afro-brasileira e indígena. Isto tudo a partir do capítulo do guia onde

procura-se comentar algumas características das narrativas que compõem os acervos distribuídos às escolas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2014, propondo a esses títulos sentidos possíveis e indicando de modo aberto e sugestivo abordagens de obras literárias, que podem contribuir para o sucesso do trabalho realizado por mediadores de leitura, notoriamente o professor do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) (MEC, 2014, p. 33).

A temática do Racismo Ambiental nos livros em prosa do PNBE 2014 para o Ensino Fundamental: existe?

Em primeiro lugar é necessário destacar que, das obras discutidas nesse capítulo do guia, somente foram encontradas algumas poucas que poderiam contribuir para discussões étnico raciais e meio ambientais em sala de aula. Mesmo se não tratam do

tema Racismo Ambiental em conjunto, a questão racial e ambiental pode ser encontrada nas seguintes obras:

Divididas por grupos, em “A tradição oral brasileira” os livros *Yaguarãboia – a mulher onça*, de Yaguarê Yamã; *Com a noite veio o sono*, de Lia Minápoty; *Karu Taru – o pequeno pajé*, de Daniel Munduruku e *A mulher que virou Urutau*, de Olívio Jekupe e Maria Kerexu têm como tema principal “lendas e costumes indígenas”, sendo que:

São histórias que atraem pequenos leitores pelo fantástico e pela aventura, um modo bem instigante de iniciá-los à leitura de mitos brasileiros autóctones, seja na figura de personagens como a mulher-onça ou naquela que vira um urutau, seja na explicação dos fatos naturais como a noite. É importante destacar, ao mediador de leitura, a importância dessas obras como ruptura de estereótipos sobre os índios brasileiros, pois as histórias trazem elementos culturais menos filtrados pela cultura branca, incluindo, no caso de *A mulher que virou urutau*, o registro da língua guarani (MEC, p. 40, 2023, grifos do autor).

	<p>YAGUARÃBOIA - A MULHER-ONÇA Texto: Yaguare Yamã Ilustrações: Maurício Negro Editora: Leya Categoria: <i>Textos em prosa</i></p>		<p>COM A NOITE VEIO O SONO Texto: Lia Minápoty Ilustrações: Maurício Negro Editora: IMP Categoria: <i>Textos em prosa</i></p>
	<p>KARU TARU - O PEQUENO PAJÉ Texto: Daniel Munduruku Ilustrações: Marilda Castanha Editora: Edelbra Categoria: <i>Textos em prosa</i></p>		<p>A MULHER QUE VIROU URUTAU Texto: Olívio Jekupe e Maria Kerexu Ilustrações: Taisa Borges Editora: Guia dos Curiosos Comunicações Categoria: <i>Textos em prosa</i></p>

Fonte: PNBE na escola: literatura fora da caixa/Ministério Da Educação

Um outro livro que, segundo o guia, apresenta uma narrativa distópica é o intitulado “*A árvore que pensava*”, do autor Oswaldo França Júnior, o qual trata sobre uma árvore que, através da figura de linguagem da prosopopeia, pensa e “transplantada para o centro da cidade, percebe a insatisfação dos homens com seu crescimento, acabando por ser arrancada e substituída por outra” (p. 42, 2014). Esta obra permite a reflexão sobre a relação do homem com a natureza, evidenciando como o homem se posiciona como o seu dono, como superior.



Fonte: PNBE na escola: literatura fora da caixa/Ministério da Educação

O livro “*Joãozinho e Maria*” dos autores Cristina Agostinho e Ronaldo Simões Coelho é uma adaptação do conto europeu *Hansel and Gretel*, que se configura como “uma releitura à brasileira”. O interessante desta concepção, voltada para o âmbito brasileiro é que as personagens são negras e servem como representação do estilo de vida precário da população negra no Brasil. Na história “As ilustrações completam esta proposta: o ambiente é abrasileirado – as crianças comem goiaba perto da Cachoeira Vêu de Noiva, na primeira tentativa da madrasta de se livrar delas; a família é negra, com os irmãos retratados em situação de extrema carência” (p. 42, 2014). A realidade afro-brasileira é retratada, infelizmente, de forma realista pois esta realidade, preenchida de problemas, pobreza e, como foi expresso, carência, é bastante comum no entorno dos afrodescendentes no Brasil.



Fonte: PNBE na escola: literatura fora da caixa/Ministério da Educação

Continuando com a temática étnico-racial, a obra *Pedro Noite*, do autor Caio Ritter, conta a história de Pedro quem está à procura da sua identidade “O processo de desvelamento de si mesmo se dá em meio às inquietações da vida cotidiana, que lhe apresenta a dura face do preconceito” (p. 42, 2014), esta é mais outra história destinada ao público infanto-juvenil que mostra uma realidade que não pode ser negada no Brasil, considerando que o encontro com a sua identidade, assim como o processo de aceitação, é uma etapa pela qual os descendentes de africanos no país devem passar, já que a atribuição de características negativas à identidade negra faz com que muitos negros e negras questionem-se sobre quem são, sobre os porquês de tais características serem atreladas a eles só pela cor da sua pele, sobre como lidar com tais preconceitos

para terem uma vida plena dentro de um mundo que os limita e os julga sem motivos, para além do racismo explícito vivenciado dia a dia por esta população.



Fonte: PNBE na escola: literatura fora da caixa/Ministério da Educação

No livro *Bagunça no mar*, de Bia Hetzel, há a história de:

A rainha do mar, Iemanjá, tem doze filhas gêmeas que aprontam brincadeiras comuns às crianças, convidando estas a uma profusão de movimentos por meio de ilustrações que têm como efeito uma “bagunça” visual, convidativa à exploração das páginas e ao despertar para as possibilidades não lineares de leitura. Dialogando com a tradição narrativa para crianças sobre animais que falam e gigantes que andam pela terra (MEC, 2023, p. 46).

Com esta obra, por se tratar de uma figura da religião ioruba, também é possível trabalhar em sala de aula a questão étnico-racial, discutindo sobre uma religião de matriz africana cumprindo com o ditado na Lei 10.639 e aproximando às crianças à cultura africana e indígena presente no Brasil.



Fonte: PNBE na escola: literatura fora da caixa/Ministério da Educação

Considerações Finais

As obras literárias supracitadas não apresentam a temática Racismo Ambiental. Não é supressa, considerando que esta temática é recente na área da Educação. Contudo, as relações étnico-raciais, o racismo, a identidade negra, a comunidade indígena e seu meio ambiente são os tópicos presentes que poderiam ajudar a alunos a estabelecerem conexões com a ajuda do professor, entre a problemática gerada pelo racismo e pelas injustiças ambientais. É evidente que há uma necessidade acadêmica de formular livros voltados específica e explicitamente para o Racismo Ambiental, consideran-

do que criar consciência nas crianças e jovens é fundamental para a garantia de um futuro que seja propício para todos os atores sociais.

Assim sendo, os docentes e discentes participarão de uma dinâmica que superará os limites que as formas educativas tradicionais estabeleceram para não serem ultrapassados, pois, na atualidade, já é possível discutir sobre práticas sociais reais que permeiam o cotidiano da sociedade, incluídos os estudantes. Isto feito, a educação poderá transformar-se em um verdadeiro movimento de mudança social e representará uma mudança de paradigma onde a população negra, indígena e branca sejam tidas como iguais.

De qualquer forma, é importante entender que as medidas tomadas pela Educação como instituição visam ter um efeito menos impositivo e mais consciente, isto é, que a consciência humana seja acordada para compreender que ações são necessárias para corrigir erros passados que, como resultado, trazem efeitos negativos para toda a população e, em se tratando do Racismo Ambiental, para os afro-brasileiros e indígenas.

Como resultado de um processo que leve à conscientização em massa, a Educação escolar instrui aos indivíduos e os conduz por um caminho de análise situacional, que pretende fazê-los entender a responsabilidade dos seus atos na medida em que compreendem como afetam a outros membros do grupo social. Assim, através da literatura pode-se incitar à procura pela descoberta da origem do problema e, a partir daí, detectar padrões que ainda estejam sendo reproduzidos para a sua manutenção e procurar formas de modificá-los.

A Lei 10.639, que exige o ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, agora enfrenta obstáculos que as escolas devem superar, ao exigir que seja cumprida na sua totalidade e que seja dada a relevância acadêmica correspondente, para que os resultados sejam os esperados, seguindo as diretrizes e respeitando a institucionalidade da lei.

Na conversa constante entre o corpo acadêmico, alunos e professores criam um espaço de reflexão, o qual é um passo importante no caminho à luta antirracista e pensada para a conscientização sobre a preservação do meio ambiente, sendo o pensamento antirracista, que deve ser fomentado em sala de aula, o alicerce para assegurar que as populações vulnerabilizadas não sejam mais as principais vítimas do Racismo Ambiental. O desafio da Educação ainda é lograr que o aprendizado ultrapasse os limites do território escolar, para que a sociedade seja testemunha de mudanças concretas.

Referências

- AGOSTINHO, Cristina; COELHO, Ronaldo Simões. **Joãozinho e Maria**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL, Constituição Federal. Artigo 205, Legislação federal, Brasília, jul./set. 1988.
- BULLARD, Robert. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. Acselrad, Henri; Herculano, Selene; & Pádua, José Augusto. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **A árvore que pensava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Ilustração de: Ângela Lago.
- FUENTES, P. **Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- HETZEL, Bia. **Bagunça no mar**. Ilustrações Mariana Massarani. – Rio de Janeiro: Manati, 2012
- IBGE. **Instituto brasileiro de geografia e estatística**. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- JEKUPÉ Olívio; KEREXU Maria. **A mulher que virou Urutau**. 1ª Ed, São Paulo, Guia dos Curiosos Comunicações, 2013.
- MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA REFORÇA DEBATE SOBRE RACISMO AMBIENTAL. **Sagres**, 2023. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/mes-da-consciencia-negra-reforca-debate-sobre-racismo-ambiental/#>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- MINÁPOTY, Lia. **Com a noite veio o sono**. São Paulo, LeYa, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MUNDURUKU, Daniel. **Karu Taru - o pequeno pajé**. Ilustrações: Marilda Castanha. 2 ed. São Paulo: Edelbra. 2013.
- OLIVEIRA, Silvío. Racismo ambiental é tema de atividade com alunos e professores do Centro de Excelência Barão de Mauá. **Portal da Educação – Secretaria de Estado da Educação – SEED**, 2023. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=19716>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- PERRY, Steven. American Indians and Crime. **Bureau of Justice Statistics**. U.S. Department of Justice Bureau of Justice Statistics. December 2004, NCJ 203097. Disponível em: https://biblioteca.cejamerica.org/bitstream/handle/2015/430/American_Indians_and_Crime.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 nov. 2023.
- MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNBE na escola**: literatura fora da caixa. Elaborada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.
- RITER, Caio. **Pedro Noite**. Ilustrações: RIOS, Mateus. São Paulo: Editora Biruta, 2011.
- SANTANA, Juliana Santos; FARIAS, Ursula Pinto L. de. Racismo Ambiental: a divisão racial da cidade de Salvador e os impactos ambientais. **Educação Sem Distância**. Rio de Janeiro, n. 4, dez. 2021.
- VALENCIA, Mariana Leguizamón. **La Colección Semilla y la Educación Literaria para Básica Primaria en Colombia. Currículo, Libro Álbum y Formación Docente**. 2018. Tese (Doutorado). Universitat Autònoma de Barcelona, Departament de Didàctica de la Llengua i la Literatura, i de les Ciències Socials Programa de Doctorat en Educació.
- WANDERMUREM, Isabella. Clima de Quebrada: iniciativa aborda mudanças climáticas e racismo ambiental na Brasilândia. **Terra**, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/clima-de-quebrada-iniciativa-aborda-mudancas-climaticas-e-racismo-ambiental-na-brasilandia,d6104a9cd20384848b3476faa05d0abdcarpjqmd.html>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- YAMÃ, Yaguarê. **Yaguarãboia – a mulher onça**. Rio de Janeiro: Zit, 2012.